



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **20 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 4 de janeiro de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Novo ministro diz que não é preciso mudar a Zona Franca VEICULAÇÃO LOCAL	1
DIÁRIO DO AMAZONAS Jornal Diário do Amazonas VEICULAÇÃO LOCAL	2
DIÁRIO DO AMAZONAS Novos senadores do Amazonas afinam discurso sobre atuação a partir de fevereiro VEICULAÇÃO LOCAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO EXIMBANK COMEÇA A OPERAR “EM BREVE” VEICULAÇÃO NACIONAL	4
FOLHA DE SÃO PAULO SACOLEIRO VIRA IMPORTADOR FORMALIZADO VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO Sacoleiro vira importador formalizado VEICULAÇÃO NACIONAL	6
VALOR ECONÔMICO FALTA DE DINHEIRO, MÃO DE OBRA E PLANO DE CARREIRA DIFICULTAM AVANÇO NO PAÍS..... VEICULAÇÃO NACIONAL	7
VALOR ECONÔMICO FOCO DE PIMENTEL SERÁ O DA COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES VEICULAÇÃO NACIONAL	8
O GLOBO MAIS FORÇA PARA O DESENVOLVIMENTO VEICULAÇÃO NACIONAL	10
O GLOBO Mais força para o Desenvolvimento VEICULAÇÃO NACIONAL	11
CONVERGÊNCIA DIGITAL Pimentel descarta desindustrialização no país..... VEICULAÇÃO NACIONAL	12
ASSESSORIA MDIC MDIC anuncia meta de US\$ 228 bilhões para exportações em 2011 VEICULAÇÃO NACIONAL	13
VALOR Foco de Pimentel será o da competitividade das exportações VEICULAÇÃO NACIONAL	14
VALOR Finep pode virar instituição financeira..... VEICULAÇÃO NACIONAL	16
VALOR Desafios no comércio exterior VEICULAÇÃO NACIONAL	18
VALOR Amazônia e NE livres de taxa adicional ao frete..... VEICULAÇÃO NACIONAL	20
MOTO / SITE F 800 R: BMW anuncia produção em Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	21
FERNANDO PIMENTEL / SITE Mais inovação e competitividade para o mercado brasileiro VEICULAÇÃO NACIONAL	23
FERNANDO PIMENTEL / SITE Fernando Pimentel assume Ministério do Desenvolvimento..... VEICULAÇÃO NACIONAL	24
FERNANDO PIMENTEL / SITE Biografia / Fernando Pimentel / MDIC..... VEICULAÇÃO NACIONAL	25

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Novo ministro diz que não é preciso mudar a <u>Zona Franca</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Embora não seja necessário mudar o modelo, **PIM**tel diz que questões pontuais poderão ser reformuladas para que a Suframa consiga atingir as metas definidas.

[i] Fernando **PIM**tel não vai propor muitas mudanças na Suframa. Foto: Dida Sampaio/ AE

Brasília - Indagado, hoje, durante sua posse, se pretende reformular a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (Suframa) pelo fato de que o **Pólo Industrial** de **Manaus** (**PIM**) concentraria apenas empresas montadoras de produtos, entre eles, eletroeletrônicos, o novo ministro do **Desenvolvimento** e Indústria e **Comércio** Exterior Fernando **PIM**tel respondeu que não. Porém fez uma ressalva de que embora não seja necessário mudar o modelo, algumas questões pontuais poderão ser reformuladas para que o órgão venha a atingir quatro metas definidas para a sua gestão: Inovação, Internacionalização, Investimentos e Parcerias.

PIMtel, deu o tom de qual será a principal estratégia da sua gestão à frente da pasta: guerra cambial. Segundo o ministro, o governo brasileiro irá adotar todos os instrumentos necessários para se proteger dos efeitos desta batalha. Disse ainda que a Camex (Câmara do **Comércio** Exterior) contará, inclusive, com a participação da presidenta Dilma Rousseff, que manifestou interesse direto de manter reuniões com os ministros que compõem o órgão.

Em seu discurso de transmissão de cargo, realizada nesta segunda-feira, 03/01, inclusive, **PIM**tel advertiu: "Ao mesmo tempo em que incentivaremos a postura empreendedora do setor empresarial não hesitaremos em fazer uso de mecanismos de defesa comercial quando eles forem cabíveis. Estaremos sempre atentos às práticas ilegais que prejudiquem a indústria brasileira".

"O acesso a mercados é outro tema-chave. Nos próximos anos, o **Brasil** exercerá papel central na retomada das negociações comerciais da Organização Mundial do **Comércio** (OMC), buscando, assim, concluir a rodada de Doha", frisou **PIM**tel. Ele disse ainda desejar incluir mais

empresas no esforço **exporta**dor. Para tanto, espera que ainda neste semestre venha a ser criada o Exibank.

Ao longo de 2010, a criação do Exibank - que como uma estrutura à parte tem como objetivo evitar problemas de enquadramento do **BNDES** às regras de Basileia - mobilizou o governo e o Congresso Nacional. Na prática, o Exibank funcionaria como uma espécie de balcão único as várias opções de financiamento ao **comércio** exterior, para facilitar o acesso dos **exporta**dores, especialmente os de pequeno e médio portes. O ex-ministro **Miguel Jorge** previu o seu funcionamento apenas para o segundo semestre deste ano. Agora, **PIM**tel quer acelerar a sua criação.

No discurso de despedida, o ex-ministro, **Miguel Jorge**, destacou a elaboração da política industrial, lançada em 2008, como uma das grandes conquistas de sua gestão. "A PDP [Política de **Desenvolvimento** Produtivo] resgatou a capacidade de o Estado operar ações e instrumentos para coordenar o **desenvolvimento**", afirmou.

Segundo **Miguel Jorge**, das 425 medidas da política industrial, 99% estão em operação. Ele, no entanto, admitiu que somente uma das quatro metas foi cumprida: a de elevar a participação das **exporta**ções brasileiras para 1,25% das **exporta**ções mundiais. Em 2009, disse ele, a participação atingiu 1,26% e deve fechar 2010 em 1,3%.

O ex-ministro ressaltou ainda a agilidade dos processos de defesa comercial. De acordo com ele, a média das investigações dos processos antidumping caiu de cerca de três anos, em 2003, para dez meses. "O **Brasil** só ficou atrás da Índia na abertura de processos de investigação comercial", declarou. Na gestão dele, o **Brasil** abriu 97 processos, dos quais 62 resultaram em aplicação de medidas de defesa comercial.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Jornal Diário do Amazonas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Flávia e o futuro - Também em Brasília para a posse do novo ministro do **Desenvolvimento** Indústria e **Comércio** Exterior (**MDIC**), Fernando **PIM**entel, a superintendente da Suframa, Flavia Grosso, disse que já está aposentada e que deixa a Suframa se não for para ficar no cargo.

Ela está na autarquia há 37 anos.

Ausentes na posse - Os dirigentes industriais do **Amazonas** deram pouca importância à troca de comando no **MDIC**. A ausência dos amazonenses contrastou com a presença em peso dos empresários mineiros. O ministro que saiu (**Miguel Jorge**) e o que tomou posse são mineiros.

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Novos senadores do <u>Amazonas</u> afinam discurso sobre atuação a partir de fevereiro	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Vanessa Grazziotin e Eduardo Braga prometem mais recursos para o Estado e a defesa da Zona Franca.

Manaus - Os novos senadores eleitos pelo Amazonas, Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Eduardo Braga (PMDB), só tomam posse em fevereiro, mas já afinam seus discursos em torno da reivindicação de maior repasse de recursos para o Estado, principalmente para as obras da Copa do Mundo de 2014, além da defesa da Zona Franca de Manaus (ZFM). Os parlamentares também afirmam que defenderão o projeto de governo da presidente Dilma Rousseff (PT).

Nas eleições de outubro, o ex-governador Eduardo Braga foi o mais votado para o Senado pelo Amazonas, com 1.236.970 votos. Vanessa, que fez parte da mesma coligação que Braga, a 'Avança Amazonas', também foi eleita senadora, com 672.920 votos. Com a saída de Alfredo Nascimento (PR) para o Ministério dos Transportes, o suplente dele, João Pedro (PT), reassume a terceira vaga de senador do Estado.

Em entrevista a um programa de televisão de Manaus, Braga comprometeu-se com o desenvolvimento do Amazonas. "Vamos continuar como fizemos no governo. Prosseguiremos com o projeto de desenvolvimento, geração de empregos e o fortalecimento da Zona Franca de Manaus (ZFM)".

Braga disse ainda que, com o compromisso de Dilma em prorrogar a ZFM até 2073, lutará para que os incentivos fiscais se estendam a outros municípios, como Manacapuru, Iranduba, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo.

O senador eleito destacou a reivindicação de repasses para investimentos em obras da Copa de 2014. "O governador já assinou o contrato de financiamento do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) para a Arena da Amazônia. Esse é o nosso compromisso com o Estado e com Manaus, além de projetos para a mobilidade urbana e o novo aeroporto. São fundamentais para o nosso desenvolvimento", frisou.

Outra promessa de Eduardo Braga é um projeto para a construção de um Polo Cloroquímico no Estado. "Quero ter

muito equilíbrio e determinação no Senado. Espero poder, com humildade e firmeza, defender o Amazonas e trazer muitas conquistas".

Avanço

Vanessa Grazziotin disse que, assim como Braga, ficará ao lado do Amazonas e da presidente Dilma. "A expectativa é que 2011 seja um ano mais positivo que 2010. Será um período em que o País ficará sob a responsabilidade de uma mulher. A palavra de ordem não é apenas continuidade, mas também avanço", declarou.

A senadora também disse que reivindicará repasse de recursos para as obras da Copa de 2014. "O senador tem a obrigação de trabalhar pelo Brasil como um todo, mas como senadora do Amazonas, vou garantir o repasse dos recursos para a Copa do Mundo e para projetos sociais importantes para o Estado".

Suplente

O presidente do PT no Amazonas, João Pedro, reassume a vaga do senador Alfredo Nascimento, que pela terceira vez deixa o Senado para ser ministro dos Transportes. Alfredo tomou posse no último sábado (1º).

João Pedro, que já passou três anos no Senado, afirma que "dará tudo de si".

"Quero ajudar um projeto nacional da presidente Dilma. Tenho uma série de projetos encaminhados e quero dar continuidade a eles. Também quero defender os interesses do Estado do Amazonas, no que diz respeito à economia e ao desenvolvimento sustentável", disse.

Em 16 de dezembro, o salário dos senadores e deputados federais subiu de R\$ 16.512,09 para R\$ 26.723,13. Com o aumento, o custo de cada um dos 81 senadores ultrapassará R\$ 2 milhões por ano.



VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO EXIMBANK COMEÇA A OPERAR "EM BREVE"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Eduardo Rodrigues e Célia Froufe - O Estado de S.Paulo

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, garantiu ontem após tomar posse que o **BNDES**-Exim - braço do banco voltado para o financiamento de **comércio** exterior - começará suas atividades nos próximos meses. Segundo o ministro, a criação

do banco nunca foi abandonada. "Houve uma parada temporária, em junho, em função das eleições." O Eximbank faz parte do pacote de apoio ao **exportador** lançado pelo governo em maio de 2010. Conforme o Estado revelou, das sete medidas anunciadas, apenas uma saiu do papel.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO SACOLEIRO VIRA <u>IMPORTADOR</u> FORMALIZADO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Instrução da Receita estabelece normas aos viajantes que compram no Paraguai; limite é de R\$ 110 mil ao ano
Regime de tributação especial terá alíquota de 25%; fora do regime, um importador paga 42,25% em tributos
Marlene Bergamo - 24.nov.10/Folhapress Rua de comércio popular na Ciudad Del Este, Paraguai; sacoleiros que trazem produtos daquele país serão importadores

GABRIEL BALDOCCHI

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Os comerciantes que viajam ao Paraguai para trazer mercadorias ao Brasil -conhecidos como sacoleiros- já podem ser chamados de importadores.

Uma instrução normativa da Receita Federal autoriza, desde 1º de janeiro, a prática sob condições previstas na Lei dos Sacoleiros. Os viajantes têm limite anual de R\$ 110 mil para trazer bens do país vizinho por via terrestre.

Os produtos serão tributados pela alíquota do RTU (Regime de Tributação Unificado), de 25% em tributos federais. Não há isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Fora do regime, um importador paga 42,25% em tributos.

Antes da lei, os sacoleiros se submetiam ao limite estabelecido para turistas, de US\$ 300 (cerca de R\$ 510).

O valor excedente não declarado era tributado em 50%.

As novas regras só valem para compras feitas em estabelecimentos cadastrados pela Receita. Há também restrições de produtos, como cigarros e bebidas.

Para buscar a formalização o sacoleiro deve abrir uma empresa, optar pelo regime de tributação do Simples Nacional e se cadastrar no RTU em uma delegacia da Receita.

Ele também deve credenciar o motorista e o veículo que farão o transporte -motos são proibidas.

VIABILIZAÇÃO

A publicação da instrução normativa, em 14 de dezembro do ano passado, era o último passo para a viabilização da lei.

O texto havia sido publicado em janeiro de 2009, mas dependia de ajustes técnicos para valer na prática.

Segundo o consultor jurídico do Sebrae-SP, Boris Hermanson, a publicação da instrução normativa encerra uma expectativa de formalização dos sacoleiros.

"Recebíamos muitas consultas de sacoleiros que queriam fazer as coisas dentro da lei", afirma.

Para o representante dos sacoleiros que participou das negociações com o governo, Walter Negrão, as medidas, em geral, foram bem recebidas pelo grupo, mas há ressalvas.

Ele afirma que a cobrança do ICMS e os custos para abertura de empresa podem inviabilizar a lei.

"Queríamos uma alíquota de 10%, mas 25% está bom porque compensa custos que tínhamos antes. Os problemas são o ICMS e os custos com contador."

A lei foi aprovada como forma de reduzir o comércio ilegal de mercadorias. Segundo último balanço da Receita, as apreensões em Foz do Iguazu entre janeiro e novembro de 2010 somaram cerca de R\$ 180 milhões. O órgão não soube informar o número atual de sacoleiros nem a previsão de arrecadação com as medidas.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Sacoleiro vira <u>importador</u> formalizado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Instrução da Receita estabelece normas aos viajantes que compram no Paraguai; limite é de R\$ 110 mil ao ano

Regime de tributação especial terá alíquota de 25%; fora do regime, um importador paga 42,25% em tributos

GABRIEL BALDOCCHI

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Os comerciantes que viajam ao Paraguai para trazer mercadorias ao Brasil -conhecidos como sacoleiros- já podem ser chamados de importadores.

Uma instrução normativa da Receita Federal autoriza, desde 1º de janeiro, a prática sob condições previstas na Lei dos Sacoleiros. Os viajantes têm limite anual de R\$ 110 mil para trazer bens do país vizinho por via terrestre.

Os produtos serão tributados pela alíquota do RTU (Regime de Tributação Unificado), de 25% em tributos federais. Não há isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Fora do regime, um importador paga 42,25% em tributos.

Antes da lei, os sacoleiros se submetiam ao limite estabelecido para turistas, de US\$ 300 (cerca de R\$ 510). O valor excedente não declarado era tributado em 50%.

As novas regras só valem para compras feitas em estabelecimentos cadastrados pela Receita. Há também restrições de produtos, como cigarros e bebidas.

Para buscar a formalização o sacoleiro deve abrir uma empresa, optar pelo regime de tributação do Simples

Nacional e se cadastrar no RTU em uma delegacia da Receita. Ele também deve credenciar o motorista e o veículo que farão o transporte -motos são proibidas.

VIABILIZAÇÃO

A publicação da instrução normativa, em 14 de dezembro do ano passado, era o último passo para a viabilização da lei.

O texto havia sido publicado em janeiro de 2009, mas dependia de ajustes técnicos para valer na prática.

Segundo o consultor jurídico do Sebrae-SP, Boris Hermanson, a publicação da instrução normativa encerra uma expectativa de formalização dos sacoleiros.

"Recebíamos muitas consultas de sacoleiros que queriam fazer as coisas dentro da lei", afirma.

Para o representante dos sacoleiros que participou das negociações com o governo, Walter Negrão, as medidas, em geral, foram bem recebidas pelo grupo, mas há ressalvas.

Ele afirma que a cobrança do ICMS e os custos para abertura de empresa podem inviabilizar a lei.

"Queríamos uma alíquota de 10%, mas 25% está bom porque compensa custos que tínhamos antes. Os problemas são o ICMS e os custos com contador."

A lei foi aprovada como forma de reduzir o comércio ilegal de mercadorias. Segundo último balanço da Receita, as apreensões em Foz do Iguaçu entre janeiro e novembro de 2010 somaram cerca de R\$ 180 milhões. O órgão não soube informar o número atual de sacoleiros nem a previsão de arrecadação com as medidas.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO FALTA DE DINHEIRO, MÃO DE OBRA E PLANO DE CARREIRA DIFICULTAM AVANÇO NO PAÍS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De São Paulo

A produção científica no Brasil evoluiu de maneira contraditória no ano passado. O país ganhou uma posição no ranking SCImago de publicações científicas, elaborado pela SCImago Journal & Country Rank, subindo para a 14ª posição, com 34.145 publicações. O volume foi 12,4% maior que o registrado no ano anterior. O resultado, no entanto, ficou aquém da posição econômica do país - atualmente a oitava maior economia do mundo, com possibilidade de subir uma posição em 2011.

Ao mesmo tempo, o Brasil caiu 14 posições no ranking global de inovação tecnológica em 2010, passando a ocupar a 68ª colocação, de acordo com o Índice de Inovação Global, elaborado pela escola de administração Insead, em parceria com a Confederação da Indústria Indiana (CII).

Recursos financeiros escassos, déficit de mão de obra qualificada para algumas áreas da ciência e ausência de planos de carreira para pesquisadores nas universidades são alguns dos fatores que dificultam uma evolução mais célere da pesquisa científica brasileira, de acordo com os cientistas entrevistados pelo Valor.

Segundo dados preliminares do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2010 os investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento chegaram a R\$ 44 bilhões, representando 1,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2009, os investimentos foram de R\$ 51, 2 bilhões, o equivalente a 1,63% do PIB.

Conforme o mais recente estudo comparativo de países divulgado pelo Ministério, em 2008, o dispêndio em pesquisa e desenvolvimento per capita no Brasil era de US\$ 121,4 por habitante ao ano, ante US\$ 1.307,60 nos Estados Unidos, US\$ 1.168,50 no Japão, US\$ 931,80 na Coreia, US\$ 164,80 na Rússia e US\$ 90,80 na China.

"A ciência ainda é um esporte de elite no Brasil", afirma o neurocientista codiretor do Centro de Neuroengenharia da

Duke University e diretor do Instituto Internacional de Neurociências de Natal, Miguel Nicolelis. Na avaliação do cientista, nos últimos anos houve uma recuperação dos investimentos nas universidades, mas ainda faltam estímulos à pesquisa. Ele observa que a maioria dos pesquisadores brasileiros trabalha nas universidades públicas, mas não consegue se dedicar em tempo integral à pesquisa.

"São todos professores e têm de dedicar 360 horas por semestre à licenciatura. Esse modelo atual tem de ser repensado", diz Nicolelis.

De acordo com dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, 2,6% da população ocupada (240,5 mil pessoas) no Brasil atua na área de pesquisa e desenvolvimento. Mas, desse total, só 133,3 mil são pesquisadores de fato. Dentre os pesquisadores, 56,8% estão nas universidades lecionando; outros 37,3% trabalham com pesquisa aplicada no setor privado e 5,1% estão concentrados nos institutos de pesquisa do governo.

O professor do Instituto de Física Teórica da Unesp e do Instituto de Física de São Carlos da USP, Daniel Vanzella, afirma que a falta de um plano de carreira para dedicação exclusiva à pesquisa não é o único problema nas instituições públicas. "A compra de equipamentos e material para a realização de pesquisas é feita por licitação. E como boa parte do material é importado, as pesquisas normalmente sofrem atrasos", observa Vanzella.

O astronauta Marcos Pontes afirma que a escassez de recursos financeiros, somada à falta de planos de carreira para pesquisadores e à pouca interação entre os setores público e privado fazem com que a pesquisa no país se desenvolva de maneira lenta. "Existe defasagem em áreas como nanotecnologia, materiais, dispositivos eletrônicos e microgravidade", diz. Ele observa que o crescimento econômico tem atraído investimento estrangeiro para a pesquisa, mas diz que é necessário estruturar melhor o sistema educacional. (CB)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO FOCO DE <u>PIMENTEL</u> SERÁ O DA COMPETITIVIDADE DAS <u>EXPORTAÇÕES</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Leo | De Brasília

"O nome do jogo é competitividade: o Brasil tem de ser competitivo", recomendou a presidente Dilma Rousseff ao novo ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMntel, ao determinar "prioridade" para as "contas externas", segundo relatou o próprio ministro, ontem, em sua primeira entrevista à imprensa. Setores exportadores terão de receber novas reduções de imposto e os produtores nacionais serão protegidos de importações desleais por "mais e melhores " mecanismos de defesa comercial, informou o ministro.

Já em janeiro, por determinação da presidente, haverá uma reunião da Câmara de Comércio Exterior, que reúne oito Ministérios, para detalhar as ações em política comercial e de apoio às empresas exportadoras, informou o ministro. "A equipe tem de estar afinada, os Ministérios falando a mesma língua buscando o mesmo objetivo", argumentou. "A Camex vai unificar isso".

O ministro revelou que Dilma, antes da posse, foi "incisiva" em conversas com ele, com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, o presidente do Banco central, Alexandre Tombini e até com o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloysio Mercadante, ao avisar que não admite "coro desafinado" na política econômica, em temas como juros e câmbio. "Câmbio e juros são variáveis macro que não dependem da vontade do gestor", comentou PIMntel.

"A presidente Dilma foi muito incisiva, que a gente deve trabalhar sempre junto e que a coordenação da área econômica é do ministro Guido Mantega", relatou. "E sobre juros e câmbio quem fala é o ministro." A pauta da Camex terá influência direta da própria Dilma Rousseff, que quer participar da discussão sobre o tema pessoalmente, revelou PIMntel.

No discurso de posse, ao listar os "desafios" da economia, o novo ministro deu mostras do que será o discurso afinado da equipe econômica: criticou a "evidente guerra cambial mundialmente aberta, com reflexos em nossa balança comercial e efeitos perversos nas nossas indústrias", e lamentou que as taxas de juros não estejam "em níveis desejáveis", mas comentou que a queda dos juros exigirá "um esforço de

disciplina fiscal - uma tarefa de delicada engenharia econômica e política".

PIMntel ressaltou a necessidade de aumentar o nível dos investimentos, não só em infra-estrutura como na qualidade de mão de obra, criticou os efeitos da "elevada carga tributária" sobre a competitividade das empresas e, ao falar da necessidade de medidas para compensar as empresas pela valorização do real em relação ao dólar, criou uma metáfora bem humorada inspirada no câmbio flutuante. "Uma pessoa leiga imagina um grande navio, um Titanic flutuando nas ondas, mas o câmbio flutuante é como uma porção de patinhos de borracha", comparou, sorrindo.

"Como patinhos de borracha na mesma onda, vai ter empresas lá em cima e outras lá em baixo, para uma mesma taxa de câmbio", explicou. A desoneração dos tributos, segundo PIMntel, "tira algum peso do patinho". Medidas como incentivo a inovação também podem "botar um motor no patinho, para que suba mais rápido". Mais sério, PIMntel comentou que as medidas de desoneração de impostos não resolverão os problemas da indústria de fundo, em longo prazo e que, embora o governo esteja disposto a tomar medidas para proteger "onde for cabível" as empresas da concorrência desleal, "não há outro caminho que não o da produtividade".

"Temos dificuldades setoriais relacionadas com o câmbio, mas são dificuldades do crescimento, desse ponto de vista é preocupante a situação", comentou o ministro. "O problema de longo prazo é que o Brasil precisa ser competitivo, ter alta produtividade, grau de inovação muito alto". Ele rejeitou, porém, a interpretação de que o Brasil passa por um processo de "desindustrialização", como alertou um documento do próprio Ministério, no ano passado. "O conceito de desindustrialização é muito forte, muito pesado para ser usado nesse momento no Brasil, estamos com indústria pujante, produzindo", comentou. "Não estamos regredindo."

Segundo PIMntel, será ainda neste semestre a criação da subsidiária do BNDES que funcionará como Eximbank, concentrando as operações de financiamento ao comércio exterior. Ele disse esperar que fique subordinado ao banco o fundo destinado a prover garantias para as operações, mas

admitiu que terá ainda de conversar sobre o assunto com o **Ministério** da Fazenda - que é contrário à ideia.

A posse de Fernando **PIM**entel não coube no acanhado auditório do **Ministério**, que montou uma tenda no estacionamento para abrigar a cerimônia, na qual estiveram cerca de 450 pessoas, entre elas empresários, políticos e técnicos. **PIM**entel fez questão de citar nominalmente os deputados, prefeitos e correligionários que viu no auditório, e aproveitou o discurso para dar uma resposta indireta ao governador de Minas Gerais,

Aécio Neves, que criticou o pequeno número de mineiros no **Ministério** de Dilma. "A presidente da República

é mineira, escolheu um mineiro para auxiliá-la no **Ministério** do **Desenvolvimento** e o principal representante da indústria, meu amigo e presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade, é mineiro também".

"Como todos sabem, ao fim e ao cabo, os mineiros sempre se entendem, se não se entenderam é porque a conversa não chegou ao fim", gracejou o ministro.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO MAIS FORÇA PARA O <u>DESENVOLVIMENTO</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Político encerra fase de empresários na pasta

BRASÍLIA. Ex-prefeito de Belo Horizonte e muito próximo da presidente Dilma Rousseff, o economista Fernando **PIM**entel tem tudo para dar cara nova ao **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**, que, com sua posse, deixa para trás uma fase de empresários e executivos à frente da pasta. Mais do que resgatar um político para a função, sua nomeação pode recuperar o cacife do **Ministério**.

A expectativa é do próprio empresariado.

A pasta perdeu força nos anos **Lula** para as quedas de braço com a Fazenda e o Itamaraty, especialmente depois de o **BNDES**, com seu multibilionário orçamento, ganhar uma autonomia informal.

- Tanto o ministro quanto o secretário-executivo, Alessandro Teixeira, têm um cacife político muito grande, que era exatamente o que o **Mdic** não tinha. Vai discutir com o **Ministério** da Fazenda sem, necessariamente, ter de acatar. Antes era apenas comunicado. Politicamente, o discurso, feito

por quem conhece o problema do setor de **exportação**, abriu uma porta de esperança - disse José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação do **Comércio Exterior do Brasil** (AEB).

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o mineiro Robson Andrade, homenageado por **PIM**entel, disse ter gostado do discurso de aproximação entre os setores público e privado, da defesa da reforma tributária e de linhas claras de atuação: - Vamos ver na prática.

Estiveram na posse empresários, representantes de **Ministérios**, ministros e Luciano Coutinho, presidente do **BNDES**, ligado ao **Mdic**. Guido Mantega, da Fazenda, foi uma das ausências mais notadas - ele estava em reunião com a presidente Dilma Rousseff.

(Vivian Oswald e Eliane Oliveira)



VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
TÍTULO Mais força para o <u>Desenvolvimento</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Político encerra fase de empresários na pasta

BRASÍLIA. Ex-prefeito de Belo Horizonte e muito próximo da presidente Dilma Rousseff, o economista Fernando PIMentel tem tudo para dar cara nova ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), que, com sua posse, deixa para trás uma fase de empresários e executivos à frente da pasta. Mais do que resgatar um político para a função, sua nomeação pode recuperar o cacife do Ministério. A expectativa é do próprio empresariado.

A pasta perdeu força nos anos Lula para as quedas de braço com a Fazenda e o Itamaraty, especialmente depois de o BNDES, com seu multibilionário orçamento, ganhar uma autonomia informal.

- Tanto o ministro quanto o secretário-executivo, Alessandro Teixeira, têm um cacife político muito grande, que era exatamente o que o Mdic não tinha. Vai discutir com o

Ministério da Fazenda sem, necessariamente, ter de acatar. Antes era apenas comunicado. Politicamente, o discurso, feito por quem conhece o problema do setor de exportação, abriu uma porta de esperança - disse José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil (AEB).

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o mineiro Robson Andrade, homenageado por PIMentel, disse ter gostado do discurso de aproximação entre os setores público e privado, da defesa da reforma tributária e de linhas claras de atuação:

Vamos ver na prática.

Estiveram na posse empresários, representantes de Ministérios, ministros e Luciano Coutinho, presidente do BNDES, ligado ao Mdic. Guido Mantega, da Fazenda, foi uma das ausências mais notadas - ele estava em reunião com a presidente Dilma Rousseff. (Vivian Oswald e Eliane Oliveira)

	VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL	EDITORIA	
	TÍTULO PIMentel descarta desindustrialização no país		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel, apesar do forte impacto da guerra cambial e da sobrevalorização do Real frente ao Dólar, o Brasil não vive um processo de desindustrialização.

Para PIMentel, este seria um conceito "forte e pesado", que a seu ver, não condiz com a taxa de crescimento que o Brasil vem registrando. Mas admite que a sobrevalorização

cambial prejudica setores da economia e promete medidas para estimular as **exportações**.

Mesmo sinalizando medidas favoráveis à indústria, o novo ministro observa que a indústria brasileira somente será competitiva quando buscar meios para alavancar a sua produtividade, além de um grau de inovação grande. Segundo ele, a desoneração por si só não resolverá os problemas de competitividade.



VEÍCULO
ASSESSORIA **MDIC**

EDITORIA

TÍTULO
MDIC anuncia meta de US\$ 228 bilhões para exportações em 2011

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Em 2010, vendas brasileiras cresceram 31,4% acima da previsão das exportações mundiais de 19,1%

O **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** anunciou a meta das **exportações** para 2011 de US\$ 228 bilhões. A previsão está 13% acima do valor alcançado em 2010 (US\$ 201,916 bilhões), recorde histórico do país. Este crescimento também é superior a estimativa de 9,2% para o crescimento das vendas no mercado externo feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Isto será possível em razão do crescimento econômico dos países em **desenvolvimento**. Levamos também em consideração a manutenção dos preços das commodities e do mesmo nível cambial”, avaliou o secretário de **Comércio Exterior do MDIC**, Welber Barral, em entrevista coletiva para divulgar os dados da balança comercial de 2010.

Na comparação com 2009, as vendas externas brasileiras cresceram (31,4%) acima da previsão das **exportações** mundiais para 2010 (19,1%). Além da **exportação**, a **importação** (US\$ 181,638 bilhões) e a corrente de corrente (US\$ 383,554 bilhões) de 2010 também alcançaram os maiores valores na série histórica. O superávit comercial encerrou o ano com US\$ 20,278 bilhões.

Exportações e importações

Em 2010, as **exportações** de produtos básicos somaram US\$ 90,005 bilhões, as de semimanufaturados, US\$ 28,207 bilhões, e as de manufaturados totalizaram US\$ 79,563 bilhões. Em relação à 2009, as três categorias de produtos registraram crescimento: básicos (44,7%), semimanufaturados (37,1%) e manufaturados (17,7%).

Com relação à **exportação** de produtos básicos, houve crescimento de minério de ferro (117,4%), petróleo em bruto (75,8%), milho em grãos (69,2%), minério de cobre (53,4%), café em grão (37,2%), carne bovina (27,2%), carne de frango (19,7%) e carne suína (9,7%).

Dentro dos semimanufaturados, os maiores aumentos ocorreram nas vendas de couros e peles (49,5%), semimanufaturados de ferro e aço (48,8%), açúcar em bruto (43,4%), celulose (43,0%), ferro-ligas (42,2%), ouro em forma semimanufaturada (27%) e óleo de soja em bruto (13,8%).

No grupo dos manufaturados, dentre os principais produtos **exportados**, destacaram-se veículos de carga (74,5%), motores de veículos e partes (69%), açúcar refinado (43,3%), autopeças (41%), automóveis de passageiros (35,6%), óxidos e hidróxidos de alumínio (33%), bombas e compressores (31,2%), óleos combustíveis (28%), pneumáticos (20,5%), polímeros plásticos (15,7%), laminados planos (10,8%) e calçados e partes (8,8%).

Os principais países de destino das **exportações**, no acumulado janeiro-dezembro 2010, foram: China (US\$ 30,8 bilhões), Estados Unidos (US\$ 19,5 bilhões), Argentina (US\$ 18,5 bilhões), Países Baixos (US\$ 10,2 bilhões) e Alemanha (US\$ 8,2 bilhões).

Já em relação às **importações**, houve crescimento de todas as categorias de uso, na comparação com 2009: combustíveis e lubrificantes (50,7%), bens de consumo (45,4%), matérias-primas e intermediários (39,8%) e bens de capital (37,5%).

Os principais vendedores para o mercado brasileiro em 2010 foram: Estados Unidos (US\$ 27,2 bilhões), China (US\$ 25,6 bilhões), Argentina (US\$ 14,4 bilhões), Alemanha (US\$ 12,6 bilhões) e Coréia do Sul (US\$ 8,4 bilhões).

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Foco de <u>PIM</u>entel será o da competitividade das <u>exportações</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Leo | De Brasília

"O nome do jogo é competitividade: o Brasil tem de ser competitivo", recomendou a presidente Dilma Rousseff ao novo ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, ao determinar "prioridade" para as "contas externas", segundo relatou o próprio ministro, ontem, em sua primeira entrevista à imprensa. Setores exportadores terão de receber novas reduções de imposto e os produtores nacionais serão protegidos de importações desleais por "mais e melhores" mecanismos de defesa comercial, informou o ministro.

Já em janeiro, por determinação da presidente, haverá uma reunião da Câmara de Comércio Exterior, que reúne oito Ministérios, para detalhar as ações em política comercial e de apoio às empresas exportadoras, informou o ministro. "A equipe tem de estar afinada, os Ministérios falando a mesma língua buscando o mesmo objetivo", argumentou. "A Camex vai unificar isso".

O ministro revelou que Dilma, antes da posse, foi "incisiva" em conversas com ele, com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, o presidente do Banco central, Alexandre Tombini e até com o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloysio Mercadante, ao avisar que não admite "coro desafinado" na política econômica, em temas como juros e câmbio. "Câmbio e juros são variáveis macro que não dependem da vontade do gestor", comentou PIMentel.

"A presidente Dilma foi muito incisiva, que a gente deve trabalhar sempre junto e que a coordenação da área econômica é do ministro Guido Mantega", relatou. "E sobre juros e câmbio quem fala é o ministro." A pauta da Camex terá influência direta da própria Dilma Rousseff, que quer participar da discussão sobre o tema pessoalmente, revelou PIMentel.

No discurso de posse, ao listar os "desafios" da economia, o novo ministro deu mostras do que será o discurso afinado da equipe econômica: criticou a "evidente guerra cambial mundialmente aberta, com reflexos em nossa balança comercial e efeitos perversos nas nossas indústrias", e lamentou que as taxas de juros não estejam "em níveis desejáveis", mas comentou que a queda dos juros exigirá "um esforço de

disciplina fiscal - uma tarefa de delicada engenharia econômica e política".

PIMentel ressaltou a necessidade de aumentar o nível dos investimentos, não só em infra-estrutura como na qualidade de mão de obra, criticou os efeitos da "elevada carga tributária" sobre a competitividade das empresas e, ao falar da necessidade de medidas para compensar as empresas pela valorização do real em relação ao dólar, criou uma metáfora bem humorada inspirada no câmbio flutuante. "Uma pessoa leiga imagina um grande navio, um Titanic flutuando nas ondas, mas o câmbio flutuante é como uma porção de patinhos de borracha", comparou, sorrindo.

"Como patinhos de borracha na mesma onda, vai ter empresas lá em cima e outras lá em baixo, para uma mesma taxa de câmbio", explicou. A desoneração dos tributos, segundo PIMentel, "tira algum peso do patinho". Medidas como incentivo a inovação também podem "botar um motor no patinho, para que suba mais rápido". Mais sério, PIMentel comentou que as medidas de desoneração de impostos não resolverão os problemas da indústria de fundo, em longo prazo e que, embora o governo esteja disposto a tomar medidas para proteger "onde for cabível" as empresas da concorrência desleal, "não há outro caminho que não o da produtividade".

"Temos dificuldades setoriais relacionadas com o câmbio, mas são dificuldades do crescimento, desse ponto de vista é preocupante a situação", comentou o ministro. "O problema de longo prazo é que o Brasil precisa ser competitivo, ter alta produtividade, grau de inovação muito alto". Ele rejeitou, porém, a interpretação de que o Brasil passa por um processo de "desindustrialização", como alertou um documento do próprio Ministério, no ano passado. "O conceito de desindustrialização é muito forte, muito pesado para ser usado nesse momento no Brasil, estamos com indústria pujante, produzindo", comentou. "Não estamos regredindo."

Segundo PIMentel, será ainda neste semestre a criação da subsidiária do BNDES que funcionará como Eximbank, concentrando as operações de financiamento ao comércio exterior. Ele disse esperar que fique subordinado ao banco o fundo destinado a prover garantias para as operações, mas

admitiu que terá ainda de conversar sobre o assunto com o **Ministério** da Fazenda - que é contrário à ideia.

A posse de Fernando **PIM**entel não coube no acanhado auditório do **Ministério**, que montou uma tenda no estacionamento para abrigar a cerimônia, na qual estiveram cerca de 450 pessoas, entre elas empresários, políticos e técnicos. **PIM**entel fez questão de citar nominalmente os deputados, prefeitos e correligionários que viu no auditório, e aproveitou o discurso para dar uma resposta indireta ao governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que criticou o

pequeno número de mineiros no **Ministério** de Dilma. "A presidente da República é mineira, escolheu um mineiro para auxiliá-la no **Ministério** do **Desenvolvimento** e o principal representante da indústria, meu amigo e presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade, é mineiro também".

"Como todos sabem, ao fim e ao cabo, os mineiros sempre se entendem, se não se entenderam é porque a conversa não chegou ao fim", gracejou o ministro.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Finep pode virar instituição financeira		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Raquel Ulhôa | De Brasília

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, ao assumir o cargo, conclamou as empresas brasileiras a investir "muito mais" em inovação produtiva, para agregar valor ao produto nacional e tornar o país mais competitivo, e anunciou a intenção de transformar a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em instituição financeira.

"Queremos que a Finep seja, além de agência de fomento, uma instituição financeira, que atuará fortemente para oferecer recursos reembolsáveis e não reembolsáveis para o apoio à pesquisa e ao **desenvolvimento** em todo o país", disse.

Após a cerimônia na qual recebeu o cargo de Sérgio Rezende, Mercadante disse que a presidente Dilma Rousseff demonstrou "simpatia" pela ideia da mudança da empresa pública, hoje destinada a financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas e universidades. "Essa é uma aspiração antiga. Existe um parecer do Banco Central e serão analisados as implicações e os desdobramentos."

Pregando um "grande pacto pela inovação", Mercadante disse que a pesquisa científica brasileira ainda está concentrada em universidades e instituições públicas, citando que as empresas brasileiras investem, em média, 0,51% do **PIB** em ciência e tecnologia, enquanto no Japão esse percentual é de 2,7%.

Já a pesquisa aplicada, que gera inovação produtiva, para ele é "insuficiente", por causa da cultura de instabilidade e estagnação econômica, carga tributária alta, juros elevados, câmbio apreciado ou instável, e a ideia de que tecnologia se compra, **importa**. "Estamos vivendo nova etapa da economia mundial. Não há mais o instrumento da reserva de mercado. As empresas precisam mudar, ser competitivas, investir mais em pesquisa e **desenvolvimento**".

Mercadante defendeu o aprimoramento do incentivo fiscal à inovação e ciência e tecnologia e disse que as empresas não aproveitam os incentivos fiscais hoje existentes. Mercadante disse que pretende criar comitês temáticos para discutir com as empresas de áreas específicas, como as de

saúde, especialmente de fármacos, de biotecnologia, de nanotecnologia, de energias renováveis, de informação e comunicação e de gás e petróleo.

O ministro apontou a necessidade de fortalecer o programa espacial brasileiro e a importância de o país possuir um veículo lançador operante para dominar toda a cadeia da indústria aeroespacial. Anunciou a criação de uma Agência Reguladora Nuclear Brasileira e disse que construir o submarino brasileiro movido a energia nuclear seria relevante para o **Brasil** "exercer a contento sua soberania sobre a **Amazônia** Azul e seus gigantescos recursos".

O ministro defendeu medidas para dar mais agilidade na concessão do registro de patentes no país. Afirmou que, nessa área, trabalhará em parceria com o ministro do **Desenvolvimento** da Indústria e **Comércio**, Fernando **PIM**entel, cuja pasta é responsável pela concessão da patentes _ por meio do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

No discurso de 37 páginas, citou parcerias com várias áreas do governo. Comprometeu-se a aumentar a participação da ciência, da tecnologia e da inovação no **PIB** brasileiro e defendeu mais investimento público na área. Mas, em consonância com o discurso da presidente Dilma Rousseff e da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, reconheceu a necessidade de ajustes fiscais no primeiro ano de governo. "Devemos aprender a fazer mais com menos", disse, quase em coro com a colega do Planejamento.

Hoje, o país investe 1,25% do **PIB** na área e a meta definida na IV Conferência da Ciência, Tecnologia e Inovação é elevar esse índice para 2% a 2,5% na próxima década foi considerada "nada fácil de ser atingida". Segundo ele, será necessário "melhorar os mecanismos de controle dos gastos e otimizar o uso dos recursos disponíveis".

Mercadante prometeu desenvolver políticas para estimular a repatriação de pesquisadores brasileiros que estão no exterior e atrair cientistas estrangeiros talentosos, citando que há aproximadamente três mil professores brasileiros lecionando nas universidades americanas.

Afirmou que o **Ministério**, em sua gestão, vai adotar medidas para implantar "definitivamente o item da inovação

na agenda pública e privada". A ciência e a tecnologia, disse, são estratégicos para agregar valor aos produtos nacionais e tornar o país mais competitivo.

Como prioridade, Mercadante citou a política de formação de recursos humanos e apontou a disseminação da banda larga e a inclusão digital nas escolas públicas, inclusive da área rural, como mecanismo poderoso para motivar os jovens a se interessarem pela área.

O ministro disse que o Brasil está criando seu próprio modelo de desenvolvimento e tem potencial para ser o primeiro país tropical desenvolvido no mundo, já que, segundo ele, não há nenhum. Para isso, defendeu que o país avance "rumo à sociedade do conhecimento e à sustentabilidade ambiental".

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Desafios no <u>comércio</u> exterior		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Assis Moreira

O que vai acontecer se as duas principais negociações de **comércio** nas quais o **Brasil** está engajado - a Rodada Doha, na Organização Mundial do **Comércio** (OMC), e o acordo **birregional** Mercosul-União Europeia - chegarem realmente à fase final de barganhas nos próximos meses, como está previsto informalmente por países participantes?

A questão assume novos contornos quando as indicações são de que a nova presidente, Dilma Rousseff, será bem menos flexível em termos de abertura do mercado brasileiro. Pela situação em que o país se encontra, o novo governo tem pouquíssima capacidade para se comprometer com liberalização adicional.

Na Rodada Doha, a ideia é de fechar o pacote de liberalização agrícola, industrial e de serviços em meados do ano e assinar o acordo entre 15 e 17 de dezembro, em Genebra. O que já está negociado vai abrir mais o mercado brasileiro também para a China, o terror de vários setores nacionais. Mas, para o acerto final, os EUA exigem acesso maior no mercado brasileiro para seus produtos industriais e serviços. E os americanos, como outros desenvolvidos, se recusam a fazer a contrapartida na área agrícola.

Na negociação Mercosul-UE, que daria preferência às empresas dos dois blocos e ampliaria os negócios numa zona de 700 milhões de consumidores, o plano é também de tentar o acordo por volta de agosto. E o lado europeu exige muita concessão do bloco do Cone Sul, para convencer boa parte de seus membros, como a França, a dar compensação aos produtos agrícolas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Rodada Doha pode ser fechada em dezembro

Ou seja, se chegar o momento da troca de concessões finais proximamente, será num cenário complicado para Dilma Rousseff, a começar pelo seu capital político menor para lidar com sindicatos e grupos empresariais.

A Força Sindical, segunda maior central operária do país, já avisou que a lua-de-mel de quatro anos com o **Governo Federal** está se esgotando e a relação com a nova presidente será outra. No setor privado, está todo mundo puxando o freio, com a rara exceção do setor agrícola. O

cenário é bem diferente do apoio de dois anos atrás aos acordos comerciais.

É que as **exportações** têm cada vez mais dificuldades para competir. Os parceiros em geral, e não é necessário nem falar em China, vendem mais barato que o Brasil. E a valorização do real nos últimos anos dizimou completamente a eficácia das tarifas de **importação** no **Brasil** para proteger a indústria doméstica, conforme o país declarou na OMC. A enxurrada de produtos estrangeiros tornou o país o campeão global da alta de **importações** este ano. Em termos efetivos, o câmbio já abriu o mercado brasileiro num nível provavelmente maior do que seria possível pela negociação global de liberalização na OMC.

Uma indagação é sobre o ritmo que o governo dará no enfrentamento de uma série de problemas que ficaram evidenciados desde os tempos de Fernando Henrique Cardoso, quando a economia foi estabilizada e o tamanho do "custo Brasil" pôde ser melhor mensurado, e que tampouco Luiz Inácio **Lula** da Silva conseguiu equacionar.

Para ter economia mais eficiente, mais produtiva e mais inserida no mercado internacional, o país precisa melhorar rapidamente a competitividade, sem depender tanto do câmbio.

A falta de competitividade tem a ver com infraestrutura - estradas, portos, aeroportos, linhas ferroviárias etc -, distorções tributárias, altos custos trabalhistas. Mas tem a ver também com mentalidade. Persiste no **Brasil** a ideia de se produzir para o mercado interno, que está ficando rico ou mais remediado, e **exportar** o que sobrar. Só que isso não dá certo sempre, sobretudo na área agrícola, porque o mercado interno só absorve uma parte da produção.

Ouve-se queixas corriqueiras no setor privado e de ex-membros do governo em relação ao **Ministério** da Fazenda, no centro das decisões econômicas. A Fazenda demorou, mas se conscientizou de que abertura indiscriminada do mercado não estava dando certo e que setores industriais precisavam de maior proteção. Mas o entusiasmo sobre um plano integrado de **exportação** é outra coisa.

Por exemplo, não tem porque o produto brasileiro ser taxado no país e depois no mercado de destino. As regras da

OMC dão margem para o governo resolver de vez o problema. A OMC permite ao governo desonerar as taxas internas, como ICMS e IPI, quando o produto é **exportado**. O que não pode é desonerar o imposto de renda ou o imposto de contribuição sindical. Mas falta uma decisão firme do governo para facilitar o reembolso de crédito tributário.

Enquanto isso, produtos brasileiros podem perder fatias no mercado internacional. A UE, se não terminar a negociação com o Mercosul, vai em todo caso assinar acordos, concluir ou acelerar negociações no primeiro semestre com Peru, Colômbia, América Central, Índia, Canadá e Ucrânia. Todos têm algum produto agrícola que poderão **exportar** em bases

preferenciais para a Europa, e os brasileiros continuarão submetidos a tarifas mais altas.

Enquanto persistir a ideia de que produzir para o mercado interno resolve tudo, as soluções para atenuar os limites da infraestrutura, custos trabalhistas e outros vão continuar a ser adotadas num ritmo que não atende as urgências do país.

Assis Moreira é correspondente em Genebra. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Antonio Delfim Netto.

E-mail assis.moreira@valor.com.br

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Amazônia e NE livres de taxa adicional ao frete		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Josette Goulart | De São Paulo

Costa, vice-presidente de energia da Alstom, se queixa dos benefícios fiscais concedidos a fornecedores internacionais na região da Amazônia Ocidental

O **Governo Federal** prorrogou até 2015 a isenção de "adicional ao frete para renovação da marinha mercante" dos empreendimentos que forem implantados, modernizados ou se diversificarem e se enquadrarem nas **Superintendências de Desenvolvimento** da **Amazônia** (Sudam) e do Nordeste (Sudene). A isenção foi prorrogada pela Medida Provisória número 517, em seu artigo 18, publicada no Diário Oficial dia 31 de dezembro.

A isenção estava prevista na Lei 9.808 e acabava em 31 de dezembro de 2010. O texto da lei de 1999 também isenta de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de câmbio para pagamento de equipamentos **importados** para os empreendimentos da região. Mas o governo não manteve a isenção de IOF. Na prática, entretanto, segundo o advogado tributarista Luiz Felipe Ferraz, do escritório Mattos Filho, isso não muda o regime de **importação** de equipamentos. Pela regra geral, os equipamentos **importados** têm alíquota zero de IOF. "Tirar a isenção só facilita caso o governo venha a querer aumentar a alíquota de IOF", diz Ferraz.

O pagamento de IOF poderia ser uma má notícia para diversas indústrias da região, especificamente para empreendimentos elétricos que tiveram energia vendida recentemente sob forte ajuste nos retornos de investimento podem ser os mais afetados. Os investidores foram agressivos nos leilões e, portanto, qualquer percentual a mais a ser pago faz diferença. O diretor executivo da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEólica), Pedro Perrelli, diz que dos mais de

quatro mil megawatts vendidos nos leilões do **Governo Federal**, a grande maioria será instalada no Nordeste do país e está enquadrada na Sudene. "Mas ninguém pagou para entrar no mercado", afirmou Perrelli. "Os retornos vão remunerar os acionistas", completou.

Apesar do índice de nacionalização necessário para se obter financiamento do **BNDES**, de cerca de 60%, boa parte dos equipamentos dos projetos em fase de construção deve ser **importado** e por isso qualquer mudança de imposto afeta praticamente todos os empreendimentos. Além disso, muitas empresas contrataram diretamente equipamentos de grupos europeus, que com a queda da demanda internacional focaram suas vendas ao mercado brasileiro.

A prorrogação da isenção do adicional ao frete é, portanto, uma boa notícia não só para projetos eólicos como para usinas hidrelétricas, como a de Belo Monte que tenta se enquadrar na Sudam e também termelétricas. O adicional ao frete usado para incentivar a indústria naval e que incide em outras regiões do país encarece em até 25% o valor do frete, caso se trate de equipamentos **importados**, ou até 10% no frete marítimo entre estados.

A indústria nacional ainda se ressentir de benefícios fiscais concedidos a fornecedores internacionais na região da **Amazônia** Ocidental. O vice-presidente da área de energia da Alstom, Marcos Costa, explica que na região não há incidência de imposto de **importação** em equipamentos. Parte das turbinas que serão usadas na usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, são fornecidas pela empresa chinesa Dongfange acabam tendo esse benefício.

	VEÍCULO MOTO / SITE	EDITORIA
	TÍTULO F 800 R: BMW anuncia produção em <u>Manaus</u>	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE

04 de Janeiro de 2011

Aldo Tizzani

“A partir de abril, a BMW fabricará a F 800 R em Manaus (AM), e estamos fazendo um grande esforço para que o preço da moto fique abaixo de R\$ 38 mil”, afirmou Jörg Henning Dornbusch, presidente da subsidiária brasileira da marca alemã, em um encontro informal com a imprensa especializada, em 14 de dezembro. A naked de 800 cilindradas de capacidade cúbica será comercializada em apenas na versão mais completa. inclusive com sistema de freios ABS. A moto, atualmente importada, custa entre R\$ 45.900 (Standard) e R\$ 51.900 (Premium).

Henning também divulgou os números de vendas em 2010 e os planos de crescimento para os próximos anos. “A BMW Motorrad Brasil vai fechar 2010 com um total de 3.500 motos vendidas. Dessa forma, a marca agora detém 9% do market share para motos acima de 500cc. Ou seja, dobramos o share de 2009 para 2010”, explica o presidente da BMW no Brasil. Detalhe: em 2009, a BMW emplacou 1.609 motocicletas.

Um dos principais fatores para o crescimento da marca bávara foi investir na produção da trail G 650 GS na capital amazonense. Há exatamente um ano, a operação é feita na fábrica da Dafra, em Manaus (AM). Detalhe: esta é a primeira linha de montagem BMW fora da Alemanha. Até novembro, o volume de vendas da G 650 GS foi de 1.174 unidades.

Com alta taxa de crescimento e números expressivos de vendas, a BMW Motorrad Brasil ocupa agora o sétimo em volume de vendas mundiais da marca. “Passamos o Japão, Canadá, Austrália, África do Sul e Áustria”, conta, orgulho, o carioca Henning, dizendo que os planos daqui para frente são cada vez mais ambiciosos: “ampliar para 12% o market share e vender cinco mil motos já em 2011”, projeta Henning.

Porém, para crescer é preciso ter uma maior capilaridade. Assim, a marca pretende ampliar a rede para 30 concessionárias até o final de 2011. Na segunda metade deste ano foram abertos seis novos pontos de venda da BMW Motorrad, entre eles, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ),

Salvador (BA), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) e Manaus (AM). “Ano que vem iremos inaugurar de 8 a 12 novos pontos de vendas no Brasil”, afirma Henning.

Já que o assunto é revenda, as concessionárias Officer e Caltabiano figuram entre as quatro maiores do mundo em termos de volume de vendas.

A máquina alemã

A F 800 R está equipada com motor bicilíndrico de quatro tempos refrigerado a água de 798 cm³, que gera potência de 87 cv a 8.000 rpm e oferece torque de 8,7 kgfm a 6.000 rpm. Segundo a BMW, a moto pode chegar a mais de 200 km/h. Já o câmbio de seis velocidades oferece engates suaves e precisos.

Na parte ciclística, simplicidade e eficiência. Na dianteira, garfo telescópico tradicional de 43 mm de diâmetro e duplo disco de 320 mm de diâmetro, com pinça de quatro pistões. Já na traseira, balança de alumínio monoamortecida. Para completar o conjunto, disco simples de 265 mm de diâmetro e com pinça flutuante de único pistão.

Para garantir sua estabilidade, a F 800R tem quadro de dupla trave superior em alumínio e pneus aro 17 de perfil esportivo, calçados com rodas 120-70 na dianteira e 180-55 na traseira. Além disso, a F 800 R traz um completo painel de instrumento, com relógios analógico e digital.

Novos players

Como o Brasil é a “bola da vez” no cenário internacional, algumas marcas de motocicletas já estão focando seus investimentos no País. Recentemente a KTM anunciou que vai estabelecer uma subsidiária no Brasil a partir do próximo ano. A marca austríaca deve concluir um acordo para montar modelos importantes para o crescimento da marca no País, como a recém-lançada Duke 125. A promessa é de que deverá ser fabricada também uma versão de 200cc no segundo semestre de 2011.

Quem também está de olho no mercado Brasileiro é a Ducati. Em julho uma delegação italiana visitou Manaus (PIM), a fim de realizar estudos técnico-econômicos para a implantação de uma fábrica no Polo Industrial de Manaus (PIM).

Isso sem falar nas novas instalações da Kawasaki e Zongshen, também na capital do **Amazonas**. Porém, a grande expectativa está em cima da nova fase da Harley-Davidson no Brasil, já que a HD USA e a HDSP/Grupo Izzo, distribuidora exclusiva da marca norte-americana de motocicletas no Brasil, chegaram a um acordo. Serão radicais

as mudanças nas operações da marca no País. A HD USA deve nomear novos concessionários e, pelo que tudo indica, ampliar sua produção em **Manaus**, acirrando ainda mais a disputa entre os modelos Premium.

FOTOS: Gustavo Epifanio

	VEÍCULO FERNADO PIMENTEL / SITE	EDITORIA	
	TÍTULO Mais inovação e competitividade para o mercado brasileiro		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O auditório montado ao lado do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** ficou lotado. Cerca de 450 pessoas acompanharam, nesta segunda-feira, 3, a cerimônia onde o ex-ministro **Miguel Jorge** entregou oficialmente o cargo para **Fernando Pimentel**.

O ministro comprometeu-se a dar continuidade “no excelente trabalho realizado pelo colega **Miguel Jorge**”. De acordo com ele, a pasta estará focada no fortalecimento da indústria, dos serviços e no aumento das **exportações**, enfatizando cada vez mais a inovação e competitividade para o **comércio** brasileiro.

“O **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** será o **Ministério do Brasil** Produtivo, do **Brasil** que inova, que se faz presente no mundo inteiro”, afirmou.

Equipe integrada

Pimentel também fez questão de enfatizar que seguirá as recomendações da presidenta Dilma Rousseff, “que é economista e por isso deverá olhar com atenção para esse **Ministério**”. E completou: “Indústria, serviços e **exportações** devem fazer parte de uma mesma engrenagem lubrificada e se articulando de maneira cada vez mais eficaz em todos os **Ministérios**”.

O novo ministro disse, ainda, que a equipe econômica de governo deverá caminhar junto, tendo consonância de idéias e objetivos.

Câmbio valorizado

O titular da pasta também enfatizou que o governo apostará em desonerações e no investimento em pesquisa e inovação para enfrentar a queda do dólar. Segundo ele, o governo agirá de forma diferenciada por setor da economia para combater o câmbio valorizado, que desestimula as **exportações**. Na avaliação do novo ministro, cada setor reage de forma distinta à determinada taxa de câmbio.

Minas Gerais

Fernando **Pimentel**, que nasceu em Minas Gerais, fez questão de lembrar que a presidenta Dilma “como boa mineira” escolheu ele para suceder **Miguel Jorge**, também mineiro e brincou: “ao fim e ao cabo os mineiros sempre se entendem. Se não se entenderam, é porque a conversa não chegou ao fim”.

Pimentel concluiu seu discurso citando trechos do poema Ser Mineiro, de Carlos Drummond de Andrade: “ser mineiro é ter simplicidade e pureza, humildade e modéstia, coragem e bravura, fidalguia e elegância”.

A prefeita de Contagem (MG), Marília Campos, que acompanhou cerimônia, elogiou o discurso do colega e afirmou que o estado estará bem representado no governo. “O discurso do **Pimentel** revelou o grande compromisso com Minas levando-se em conta que grande parte da fala foi dedicada a nós. Inclusive com a fantástica citação a Carlos Drummond”, disse.

	VEÍCULO FERNADO PIMENTEL / SITE	EDITORIA	
	TÍTULO Fernando <u>PIM</u>ental assume <u>Ministério do Desenvolvimento</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fernando PIMental tomou posse neste domingo, 1º, em Brasília, ao lado da presidente Dilma Rousseff. O mineiro assumiu o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e afirmou que vai se esforçar para dar mais competitividade ao mercado brasileiro.

“A instrução da presidente Dilma é para estarmos inteiramente afinados com a equipe econômica, para darmos mais competitividade à economia brasileira, em especial a indústria. Em alguma medida, isso significa recuperar o espaço que estamos perdendo para produtos importados, principalmente asiáticos”, afirmou.

PIMental integrará a equipe econômica do Governo, ao lado do ministro da Fazenda, Guido Mantega, do presidente do Banco Central Alexandre Tombini e da ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Ele também elogiou Dilma e parabenizou o povo brasileiro pela escolha: “É uma emoção grande ver a nossa geração política, representada por uma mulher, uma guerreira, uma companheira e amiga de 40 e muitos anos, chegar à Presidência da República. O povo brasileiro teve a sabedoria de conduzir o presidente Lula por duas vezes e, agora, a de eleger a primeira mulher a governar o Brasil”.

A equipe de ministros da presidente Dilma Rousseff é formada por José Eduardo Cardozo (Justiça), Antonio Palocci (Casa Civil), Nelson Jobim (Defesa), Antonio Patriota (Relações Exteriores), Guido Mantega (Fazenda), Alfredo Nascimento (Transportes), Wagner Rossi (Agricultura), Fernando Haddad (Educação), Anna de Holanda (Cultura), Carlos Lupi (Trabalho), Garibaldi Alves (Previdência Social), Tereza Campelo (Desenvolvimento Social), Alexandre Padilha (Saúde), Fernando PIMental (Desenvolvimento), Edison Lobão (Minas e

Energia), Miriam Belchior (Planejamento), Paulo Bernardo (Comunicações), Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia), Izabela Teixeira (Meio Ambiente), Orlando Silva (Esporte), Pedro Novais (Turismo), Fernando Bezerra (Integração Nacional), Afonso Florence (Desenvolvimento Agrário), Mario Negromonte (Cidades), Gilberto Carvalho (Secretaria Geral), José Elito Carvalho Siqueira (Gabinete de Segurança Institucional), Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União), Jorge Hage (Controladoria-Geral da União), Luiz Sérgio (Relações Institucionais), Alexandre Tombini (Banco Central), Helena Chagas (Comunicação Social), Moreira Franco (Assuntos Estratégicos), Luiza Helena Bairros (Igualdade Racial), Ideli Salvatti (Pesca), Iriny Lopes (Política para as Mulheres), Maria do Rosário (Direitos Humanos) e José Leônidas Cristino (Portos).

Cerimônia de Posse – O então ministro Miguel Jorge transmitirá oficialmente o cargo ao ministro Fernando PIMental nesta segunda-feira, 3, durante cerimônia restrita a convidados e imprensa que será realizada em espaço montado em frente ao edifício Sede do órgão.

Serviço:

Transmissão do cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Data: 3/1/2011

Horário: 11h

Local: tenda no estacionamento do MDIC

Com informações de agências

	VEÍCULO FERNADO PIMENTEL / SITE	EDITORIA	
	TÍTULO Biografia / Fernado PIMentel / MDIC		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fernando PIMentel, economista, graduado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas (UFMG), foi vice e, posteriormente, eleito Prefeito de Belo Horizonte (2005/2008) pelo Partido dos Trabalhadores (PT), partido que ajudou a fundar.

Nesse período, destacou-se como um dos formuladores do Orçamento Participativo municipal, considerado o maior programa de obras públicas permanentes do Brasil. Por sua atuação, foi apontado pelo site inglês Worldmayor como o oitavo melhor prefeito do mundo – era o único da América do Sul na lista dos dez melhores. Ele deixou a prefeitura com índices de aprovação superiores a 90%.

Com 59 anos, casado e pai de dois filhos, **PIMentel** foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vice-presidente da Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte, presidente do Conselho **Regional** de Economia de Minas Gerais (1991-1992) e diretor do Sindicato dos Economistas mineiro – após uma trajetória de resistência ao

regime militar durante os chamados anos de chumbo, quando foi perseguido e preso de 1970 a 1973.

Nos anos 1990, atuou na administração municipal de Belo Horizonte, onde exerceu os cargos de Secretário da Fazenda (gestão de Patrus Ananias, de 1993 a 1996) e de Secretário de Governo, Planejamento e Coordenação Geral no primeiro mandato de Célio de Castro (1996).

Em 2000 foi eleito Vice-Prefeito de Célio de Castro, e a partir de abril de 2003 assumiu o cargo de Prefeito em razão da aposentadoria do titular. Nas eleições de 2004, com 68,5% dos votos válidos, tornou-se o primeiro Prefeito na história da capital mineira eleito no primeiro turno. Sua gestão foi marcada por grandes investimentos nas áreas urbanas e social, atendendo a mais de 1,7 milhão de pessoas e promovendo mudanças estruturais na capital mineira que logo chamariam a atenção do mundo inteiro.